

Adunicamp

FÓRUM DAS SEIS INDICA GREVE A PARTIR DE 10 DE JUNHO

Na assembléia da ADUNICAMP, realizada no último dia 28 de maio, deliberou-se, por unanimidade, manter a contraposta, já apresentada ao CRUESP, de 9,66% em maio, e o que falta para atingir 16%, em novembro. A diretoria da ADUNICAMP apresentou à Assembléia cálculos pertinentes, expurgando, da folha salarial que consta das planilhas do CRUESP, a contribuição patronal do IPESP. Considerando os dados da Secretaria da Fazenda, conclui-se que a UNICAMP poderá pagar os 9,66%, a partir de maio, sem comprometer as despesas não-salariais orçamentadas (**consulte a tabela no site: www.adunicamp.org.br/boletim/270502/universidades.htm**).

O porcentual de 9,66% corresponde à perda inflacionária pelo ICV-DIEESE. A Assembléia avaliou que não haveria alteração significativa nos cálculos se o reajuste fosse de 10%, já. Estas deliberações foram levadas ao Fórum das Seis para serem analisadas.

Em reunião realizada no dia 29/05/02, o Fórum das Seis, com base nas deliberações das assembléias, considerou insuficiente o índice de 8% a partir de maio, oferecido pelos reitores, e indicou às assembléias a de-

liberação sobre a deflagração de greve por tempo indeterminado a partir do dia 10 de junho (**ver Boletim do Fórum na pág. 2**).

Os salários básicos estão baixos e precisam ser melhorados.

Somente com mobilização teremos nossas reivindicações atendidas.

ELEIÇÕES ANDES-SN

APURAÇÃO FINAL

Número Total de Eleitores	69.366
Número Total de Votantes	20.119
Número Total de Votos na Chapa 1	11.733
Número Total de Votos na Chapa 2	7.447
Número Total de Votos Brancos	516
Número Total de Votos Nulos	423

ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 05/06 (quarta-feira) - 12h00 - na ADUNICAMP

Pauta: 1) Avaliação do indicativo do Fórum das Seis de greve a partir de 10/06;

2) Escolha do delegado para o 44º CONAD do ANDES-SN.

COMPAREÇA!!!

CAMPANHA SALARIAL 2002

RELATO DA REUNIÃO DO FÓRUM DAS SEIS DE 29/05/2002

FORUM **das seis**

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunap
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunosp-S.Sind.

RELATO DA REUNIÃO DE 29/05/2002

Em reunião no dia 29/05/2002, o Fórum das Seis considerou que a proposta do Cruesp de reajustar os salários em 8%, a partir de maio/2002, é insuficiente e decidiu:

1. Reafirmar a reivindicação do índice de 16% de reajuste, sendo 9,68% a partir de 1º de maio e o restante a partir de setembro próximo;
2. Solicitar que o Cruesp marque a data para nova reunião de negociação salarial, na primeira semana de junho, conforme havia sido proposto na reunião de 22 de maio passado;
3. Realização de assembleias ou plenárias nas entidades que o compõem, até o dia 6 de junho próximo, indicando as seguintes propostas:
 - Greve a partir do dia 10 de junho;
 - Realizar ato em frente à Reitoria da Unesp (cujo Reitor é o atual presidente do Cruesp), no dia 13 de junho próximo, às 15h00, em defesa da alocação na LDO de maiores recursos para as universidades públicas do Estado de S. Paulo — USP, Unesp e Unicamp — e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. O ato será seguido de passeata à Assembleia Legislativa, onde haverá manifestação conjunta com outras entidades do funcionalismo estadual;
 - Definir responsáveis pela organização de um seminário na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos dias 17 e 18 de junho de 2002, para tratar da expansão de vagas no ensino superior público no Estado de São Paulo.

Haverá nova reunião do Fórum das Seis no dia 6 de junho às 17h00 para avaliar as decisões das assembleias e plenárias.

São Paulo, 29 de maio de 2002


Ciro T. Correia
Coordenador do Fórum das Seis

PORQUE VOTO NA CHAPA 2 DO ANDES-SN UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL

Helena Costa Lopes de Freitas*

Mais uma vez, nas eleições do ANDES-SN, defrontam-se duas chapas na disputa pela direção da entidade. Em um quadro de recente saída de uma longa greve, não são muitas as dúvidas sobre qual é a chapa “mais combativa” ou “mais à esquerda”. Penso que este é um falso dilema, que tem sido reforçado pelos colegas da Chapa 1 e pela atual diretoria do ANDES-SN. Note-se, por exemplo, o uso que a situação vem fazendo de notícia da Folha de São Paulo que atribui apoio do Ministro da Educação à Chapa de oposição.

A diferença fundamental entre a proposta da Chapa 1 e a proposta da Chapa 2 está no modo como olham para o movimento docente, a universidade, suas especificidades e particularidades na relação com os movimentos sociais e com as demais forças da sociedade. Está também na forma como concebem as possibilidades de mobilização dos professores universitários deste país na defesa da universidade pública e gratuita, na defesa das condições de exercício de nosso trabalho e na produção de conhecimento científico que caracteriza o trabalho acadêmico.

O exemplo mais flagrante notamos na ausência de crítica e propostas em relação ao procedimento de “avaliação” do ensino superior, hoje consubstanciado no Provão e no Exame Nacional de Cursos (agora Avaliação das Condições Do Ensino de Graduação). Enquanto os estudantes, através de suas Executivas Profissionais Nacionais e a UNE levam a discussão e a prática do boicote ao Provão, nós, professores não encontramos, no ANDES-SN e em nossas entidades, a disposição de levar a discussão de boicote às Comissões de Avaliação do INEP nos organizando para o embate no campo acadêmico e político de retomar O PAIUB, por exemplo, ou outros procedimentos democráticos construídos pelo movimento docente.

Se olharmos para dentro da UNICAMP, podemos observar a total ausência de nossa entidade na discussão dos atuais problemas por que passa a Universidade, restringindo sua atuação às campanhas salariais e às denúncias a respeito de gratificações nos diferentes escalões da UNICAMP. Ou seja, nos empurra há vários anos para o campo da luta exclusivamente econômica. Em recente discurso na posse do atual reitor, a ADUNICAMP fez um discurso que vale a pena relembra, para que não esqueçamos jamais. A tônica do seu conteúdo dirigiu-se muito mais à crítica da gestão Hermano do que para apontar perspectivas de análise e jogar luz sobre os pontos do programa de gestão da reitoria recém

empossada. O uso de expressões como “a ordem institucional deve ser restabelecida”, sob o pretexto de expressar a crítica aos procedimentos da gestão anterior, revela a proximidade do discurso da entidade a um dos três pilares da gestão Brito: **a institucionalidade**, sem explicitar o que significa – respeito à hierarquia das chefias? Respeito ao CONSU? Às instâncias democráticas? Ou uma nova forma de gestão democrática na discussão e centralizada nas decisões tão ao gosto das atuais políticas governamentais?

É nesta “confusão” de concepções e discursos que nos vemos. Em especial, o encaminhamento dado à questão salarial deste ano de 2002, também nos permite alguns estranhamentos.

Não me recordo de qualquer campanha salarial desde que a ADUNICAMP passou a ser dirigida por diretorias de independência e/ou oposição às administrações, onde já na 2ª rodada as entidades tivessem se apressado a fazer uma contraproposta rebaixando significativamente o índice inicial. Tampouco me recordo de campanhas em que a paralisação era definida com o objetivo de “sermos recebidos” pelo CRUESP, a não ser quando havia recusa (e não ausência de resposta) ao diálogo e queda de braço com as entidades.

Efetivamente, algo de novo acontece na UNICAMP e, talvez, também na USP e UNESP, com a assunção de novas reitorias. E não é só desmobilização e desesperança. É um novo modo de pensar e de agir, marcado pela necessidade que as novas forças no poder têm de construir “novos consensos”.

O que nós, docentes, esperamos é que as entidades, inclusive o ANDES-SN, apesar de todas as condições adversas, consigam manter sua autonomia e independência, contribuindo para elevar não apenas nosso nível de compreensão sobre as propostas postas pelas novas gestões, mas principalmente nos ajude a entender suas estratégias de atuação, contribuindo assim, para nossa organização política e acadêmica na defesa e construção de uma universidade autônoma, pública e gratuita, comprometida com os grandes problemas de nosso povo.

Conclamamos os colegas a aliarem-se conosco a esta luta, votando na Chapa 2 do ANDES-SN, dias 22 e 23 de maio.

* Helena Costa Lopes de Freitas é docente na FE/UNICAMP.

O artigo acima foi enviado para publicação em 22/05/2002.

A PROPÓSITO DO TEXTO “PORQUE VOTO NA CHAPA 2...”

O texto endereçado à ADUNICAMP, pela profa. Helena Costa Lopes Freitas, intitulado “Porque voto na Chapa 2 do ANDES-SN, Uma Nova ANDES é Possível”, já cumpriu o seu papel; encaminhado aos docentes através de uma lista de endereços eletrônicos da UNICAMP, serviu de instrumento de campanha para a referida chapa. Reconhecemos que a professora fez uso do seu direito legítimo de participar ativamente da eleição para a nova diretoria do Sindicato Nacional. Porém, ao longo do seu texto a Profa. Helena faz críticas diretas e indiretas à atual diretoria da ADUNICAMP que precisam ser devidamente respondidas.

A Chapa 1, que tem entre seus integrantes dois colegas da ADUNICAMP, os professores José Vitório Zago e Adolpho Hengeltraub, e que se elegeu com 58,32% dos votos, não tem como compromisso programático apresentar-se como a mais “combativa” ou a mais “à esquerda”, como afirma a professora. Seu objetivo é atuar de forma absolutamente independente das administrações universitárias, do governo, do Ministério da Educação, dos partidos políticos, etc, na firme defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Portanto, não se trata de um “um falso dilema”.

O indesejado, porque público, apoio do ministro Paulo Renato à Chapa 2 não nos parece descabido. Lembramos que o mesmo grupo que hoje compõe a Chapa 2, ao tomar posse em 26 de junho de 1998 com uma diretoria presidida pelo prof. Renato Oliveira, já havia negociado previamente um acordo com o ministro, à revelia do Comando Nacional de Greve, que desmobilizaria uma das mais longas greves de docentes das universidades federais. Tal acordo, que resultou na instituição da Gratificação Estímulo à Docência (GED), além de não prever, de fato, aumento de salários, excluía os aposentados do “benefício”. Portanto, se os membros da Chapa 1 fizeram referência à manifestação pública do ministro Paulo Renato em defesa da Chapa 2, o fizeram com a finalidade de tornar ainda mais clara a razão que os diferencia da chamada oposição. Sobre esse aspecto, a professora Helena tem razão: a diferença essencial entre as duas chapas “está no modo como olham para o movimento docente”. Diríamos, de outra forma, que a diferença reside fundamentalmente nos métodos de construção e de condução desse movimento.

A professora acusa a atual diretoria da ADUNICAMP de se omitir frente aos problemas que ameaçam a Universidade na atualidade, “restringindo sua atuação às campanhas salariais e às denúncias a respeito de gratificações nos diferentes escalões da UNICAMP”. Quem acompanha as nossas assembléias e as nossas publicações, pelo menos ao longo dos últimos cinco anos, sabe que essa afirmação não se sustenta. Nesse período, a ADUNICAMP publicou em seus boletins, jornais, revistas e cadernos especiais um amplo material tratando do financiamento da universidade pública, da autonomia universitária, da questão previdenciária, da avaliação da universidade, da relação entre universidade e política de C&T, da expansão de vagas no sistema universitário público, da CUT, do Fórum Social Mundial, do CONED, da crise energética, e outros assuntos. Cabe lembrar à professora Helena as inúmeras vezes que estivemos em reuniões do CONSU expondo as posições da entidade sobre questões de vital interesse para a comunidade como a situação precária dos docentes contratados na Parte Especial, as eleições da representação discente no Conselho Universitário e segurança no campus. Atuamos como mediadores no encaminhamento da questão da moradia estudantil e defendemos firmemente os colegas docentes Ângela Araújo e Sérgio Silva, processados injustamente por policiais militares, e que não contaram com nenhum apoio da administração. Ainda sobre este assunto, criticamos veemente-

mente a censura imposta pela reitoria ao “Jornal da Unicamp” que impediu a publicação do manifesto dos professores do IFCH em defesa dos referidos colegas.

Desconhecemos a posição da professora Helena a respeito dos temas indicados acima, mas gostaríamos de lembrar-lhe que sempre esteve a seu alcance a possibilidade de se manifestar favorável ou contrariamente às posições da diretoria – no CONSU, como representante dos docentes MS-3, nas assembléias da entidade ou através das nossas publicações.

Temos consciência de que a nossa atuação sindical não pode prescindir da defesa dos interesses corporativos da categoria, porém, por estarmos à frente de um sindicato de educadores e pesquisadores, nosso campo de ação deve incluir outras questões que vão desde as de âmbito universitário, de um modo geral, até as de amplitude nacional e internacional. E assim temos feito.

A professora Helena acusa a ADUNICAMP de ter proferido um discurso, na cerimônia de posse do novo reitor, o professor Brito, contendo críticas à gestão do prof. Hermano e lançando “luz” sobre pontos do programa da nova administração. Parece desnecessário esclarecer que estávamos diante de atos da gestão passada, frente os quais nos opusemos desde o primeiro momento, e de um plano para o exercício que se iniciava que contém pontos que temos defendido já há algum tempo. Dentre eles, a questão da “institucionalidade”. Não temos dúvidas com relação ao significado que tem a institucionalidade para o nosso movimento. Trata-se do respeito às instâncias deliberativas da universidade, em especial ao seu órgão legislativo maior – o Conselho Universitário, (em que pese o déficit de representatividade e de democracia que, ainda, apresentam esses órgãos), como pré-requisito para o exercício da autonomia universitária.

Pautamos essa questão de forma mais incisiva a partir do momento em que o então reitor Hermano Tavares decidiu sustar, através de um ofício, a contagem de tempo para aposentadoria de docentes, prevista no Esunicamp. Durante meses, a ADUNICAMP produziu um vasto material que não se limitou a tratar do assunto apenas com base na defesa dos interesses dos docentes que se sentiram atingidos pelo ato do reitor. Esse material reabriu o debate sobre a autonomia universitária e o conceito de docência presente na Constituição Federal.

Avaliávamos que a atitude do reitor abria uma grave crise institucional na universidade. Vale lembrar que após o CONSU, em reunião auto-convocada, ter atualizado o Esunicamp em relação à emenda 20, e preservado os direitos adquiridos dos docentes que ingressaram na universidade até a data da referida emenda, o Reitor instituiu uma nova comissão para analisar os pedidos de contagem de tempo. Foi nomeada pelo reitor Hermano Tavares, para presidir essa comissão, a própria professora Helena Freitas que não convocou uma reunião sequer, durante sua permanência no cargo, contribuindo para adiar os processos até o final da gestão.

Esses fatos deixam claro o significado que atribuímos à independência sindical. Para nós, não se trata de independência em relação a determinados grupos políticos que disputam o poder no interior da universidade, como parece ser o entendimento da professora Helena. Para a atual diretoria da ADUNICAMP, a entidade sindical deve preservar a sua independência, no âmbito interno à universidade, frente à administração como um todo, seja qual for o reitor ou o grupo político que estiver à frente da gestão universitária.

* **Diretoria da ADUNICAMP**